



2097 - Trabalho Completo - 2ª Reunião Científica Regional Norte da ANPEd (2018)
GT 09/GT 14 - Trabalho e Educação e Sociologia da Educação

As condições do trabalho docente em escolas de anos iniciais da rede municipal da cidade de Rio Branco ? Acre.
Soraia Meleiro dos Santos - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
Agência e/ou Instituição Financiadora: Cappes

A referida pesquisa trata de um estudo, ainda em desenvolvimento, no qual objetiva analisar as condições de trabalho em escolas de anos iniciais da rede municipal de ensino da cidade de Rio Branco – Acre, ressaltando aspectos relativos às variantes Perfil, Contrato, Carreira, Remuneração e Jornada. Constatou-se até o momento referente ao perfil destes profissionais, que quadro docente é caracterizado em sua grande maioria por sujeitos oriundos das classes populares, sobretudo por mulheres. Além disso, é notória a presença de múltiplas instituições formadoras destes sujeitos. Outro fator evidenciado até o momento trata dos contratos assumidos por esses profissionais, que tende a ser incentivado pela busca de melhoria nos rendimentos financeiros, tendo em vista a baixa remuneração docente. Esse contexto tem contribuído para a prolongamento da jornada de trabalho destes profissionais, imersos neste cenário de baixa atratividade profissional, desvalorização e desprestígio. Frente à isso torna-se necessário analisar e propor reflexões que contribuam para o debate e para firmar caminhos para mudanças no cenário lastimável em que se encontra o trabalho docente, não só a nível local, mas a nível nacional.

Palavras-chave: Condições de trabalho; Trabalho docente; Município de Rio Branco.

As condições do trabalho docente em escolas de anos iniciais da rede municipal de ensino da cidade de Rio Branco – Acre

Resumo

A referida pesquisa trata de um estudo, ainda em desenvolvimento, no qual objetiva analisar as condições de trabalho em escolas de anos iniciais da rede municipal de ensino da cidade de Rio Branco – Acre, ressaltando aspectos relativos às variantes Perfil, Contrato, Carreira, Remuneração e Jornada. Através dos estudos desenvolvidos até o momento, realizou-se as primeiras aproximações com a problemática da pesquisa e com teóricos que dão suporte à ela. Constatou-se até o momento referente ao perfil destes profissionais, que quadro docente é caracterizado em sua grande maioria por sujeitos oriundos das classes populares, sobretudo por mulheres. Além disso, é notória a presença de múltiplas instituições formadoras destes sujeitos, sendo elas tanto públicas como privadas. Outro fator evidenciado até o momento trata do contrato, ou contratos assumidos por esses profissionais, o que tende a ser incentivado pela busca de melhoria nos rendimentos financeiros, tendo em vista a baixa remuneração de seus contratos de trabalho. Esse contexto tem contribuído sobremaneira para a prolongamento da jornada de trabalho destes profissionais, imersos neste cenário de baixa atratividade profissional, desvalorização e desprestígio. Frente à isso torna-se necessário compreender, analisar e propor reflexões que contribuam para o debate com vistas a propor caminhos para mudanças no cenário lastimável em que se encontra o trabalho docente, não só a nível local, mas a nível nacional.

Palavras-chave: Condições de trabalho; Trabalho docente; Rede municipal de ensino.

Introdução

A presente pesquisa, ainda em desenvolvimento, é fincada com base na seguinte problemática em que condições os docentes dos anos iniciais das escolas da rede municipal de ensino de Rio Branco realizam seu trabalho, considerando as variáveis perfil, carreira, contrato, remuneração e jornada de trabalho?

A priori julga-se necessário explicitar a concepção que tem-se seguido no que concerne ao conceito de “condições de trabalho”, para que assim possa ser dado prosseguimento à esse texto de forma mais clara ao leitor. Quando referimo-nos à condições de trabalho enfatiza-se não somente questões materiais que configuram o contexto do trabalho docente atual, para além disso, levasse em consideração que tais condições também:

[...] se referem à forma como está organizado o processo de trabalho nas unidades educacionais, compreendendo escolas, creches e outros espaços em que se desenvolve o processo educativo. Tais condições compreendem aspectos relativos à forma como o trabalho está organizado, ou seja, a divisão das tarefas e responsabilidades, a jornada, os recursos materiais disponíveis para o desempenho das atividades, os tempos e espaços para a realização do trabalho, até as formas de avaliação de desempenho, horários de trabalho, procedimentos didático-metodológicos, admissão e administração das carreiras docentes, condições de remuneração, entre outras. A divisão social do trabalho, as formas de regulação, controle e autonomia no trabalho, estruturação das atividades escolares, a relação número de alunos por professor, também podem ser compreendidas como componentes das condições de trabalho docente. (OLIVEIRA E VIEIRA, 2012, p.157)

Como pode-se observar na citação acima, há inúmeros aspectos e variantes que compreendem as condições de trabalho, que permeiam desde os espaços físicos, materiais até questões ligadas à organização temporal e espacial das atividades profissionais, remuneração, jornada, dentre outros. Reforçando essa concepção mais alargada do conceito de condições de trabalho, que vai para além de condicionantes infraestruturais ou materiais presentes nas escolas, trazemos as contribuições de Hypolito (2012, p.213), segundo ele:

As condições de trabalho docente, verbete desenvolvido por Oliveira e Assunção (2010), parte do conceito marxiano desenvolvido a partir de

análises sobre o processo de trabalho. Nesse sentido, condições de trabalho, em geral, são todos os recursos necessários para que o trabalho se realize, incluindo materiais, instalações, insumos, equipamentos etc. Ademais, acrescentam as autoras, o termo se refere a relações de emprego (contratação, salário, carreira etc). Dessa forma, em condições de trabalho estão incluídas as relações que se referem ao processo de trabalho e ao emprego.

Nesse sentido, frente à pouca produção regional acerca desta problemática, busca-se desenvolver este estudo, como forma de realizar uma análise que identifique a realidade presente na Cidade de Rio Branco, contribuindo assim para o campo da pesquisa em questão, e claro, para que sejam problematizadas questões tão caras à educação nacional de forma mais ampla e sobretudo ao trabalho dos professores.

No processo de elaboração e desenvolvimento de uma pesquisa faz-se necessário a utilização de metodologias, segundo Minayo (2010, p.14) a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade)". Nesse sentido, optou-se pelo desenvolvimento de uma pesquisa com abordagem qualitativa, pois através de estudos de autores como Ludke e André (1986) verificou-se que esta abordagem melhor caracteriza as pretensões desta pesquisa. Para compreender as definições e características da pesquisa qualitativa utilizamos como referência os estudos de Ludke e André (1986). Segundo estas autoras: "O material obtido nessas pesquisas é rico em descrições de pessoas, situações, acontecimentos [...] citações são frequentemente usadas para subsidiar uma afirmação ou esclarecer um ponto de vista. Todos os dados da realidade são considerados importantes. O pesquisador deve, assim, atentar para o maior número possível de elementos presentes nas situações estudadas, pois um aspecto supostamente trivial pode ser essencial para a melhor compreensão do problema que está sendo estudado." (p.12)

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa configura da melhor forma os anseios deste estudo, que visa identificar, no contexto real das escolas as condições de trabalho dos professores. As autoras destacam também que nessa abordagem, "o interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas" (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p. 12).

O perfil docente na Educação Básica

No que concerne ao perfil docente na educação básica é, em sua maioria, composto por mulheres, sobretudo na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Ao longo dos estudos teóricos, constatou-se que essa é uma realidade presente não só no Brasil, mas também em outros países da América Latina como Peru, Argentina, Paraguai e Uruguai. Segundo Fanfani (2007, p.32-33):

Es habitual considerar que la docencia es un oficio de mujeres; sin embargo, esta feminización puede tener diversas interpretaciones. Para algunos representa un indicador de desvalorización social de la actividad, ya que en las sociedades donde la dominación masculina es fuerte las mujeres por lo general tienen dificultades para insertarse en ocupaciones estratégicas y altamente valoradas. En este contexto, la docencia sería una especie de "cuasi profesión", socialmente subordinada, en especial cuando se la compara con las profesiones clásicas (abogacía, ingeniería, medicina, etc) dotados de un alto prestigio social. En relación con lo anterior también se ha planteado que la feminización sería una característica que contribuye a la "proletarización" del oficio docente, con sus consecuencias en términos de deterioro de las condiciones de trabajo y remuneración, que en parte serían factibles gracias a la mayor disponibilidad de las mujeres, quienes no tendrían mayores posibilidades de inserción en otros ámbitos del mercado de trabajo [...]

Se evidencia no trecho citado, como a docência, não só no Brasil, é compreendida muitas vezes como uma "profissão de mulheres". Para justificar essa condição é enfatizado o desprestígio profissional, que afasta os homens do magistério, sendo assim, conseqüentemente, assumido em sua maioria por mulheres. No Brasil, esse fenômeno da feminização docente, sobretudo no século XIX, se apresenta como forma encontrada pelas mulheres de emancipar-se em meio a um contexto no qual elas ocupavam o lugar de donas de casa, sem perspectivas profissionais.

Sobre a questão do gênero na docência, Durães (2012, p. 3) traz uma rica contribuição, segunda ela, nas condições de gênero, o trabalho realizado por homem ou mulher é diferentemente reconhecido entre grupos e sociedades, dependendo dos sujeitos e das relações em jogo, o trabalho será *mais* ou *menos* valorizado". Nesse sentido, a supremacia feminina neste setor tende a ser compreendido por muitos como uma das condicionantes da desvalorização, ocasionado por todo contexto histórico que permeou esse processo de feminização, na qual poucos homens optam pelo magistério por ocupar postos de trabalho mais bem pagos e de maior prestígio social. Mas, frente à essas colocações, vale ressaltar que esse fator pode ser tido como um das condicionantes para o processo de desvalorização, mas não se configura como o único ou determinante, e sim como um dos variados fatores que compuseram essa lamentável condição.

Outro aspecto que compõe o perfil destes profissionais se relaciona com a sua formação. A formação docente, tanto inicial como continuada, tem sido tema de uma vasta literatura no campo educacional. A formação docente, sobretudo a partir da promulgação das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBN 9.394/96 tem sido tema recorrente nas discussões educacionais no país. A referida lei determina a necessidade de uma maior formação dos docentes para atuação no sistema educacional. Mesmo havendo ainda imprecisões legais que permitem o descumprimento à essa lei (possibilitando docentes sem formação superior a atuar em alguns casos) o crescimento de licenciados tem sido indiscutível nas últimas décadas. Frente à essa realidade, faz-se necessário discutir como vem se dando esse processo, carregado de muitos avanços, assim como de críticas, contradições e questionamentos.

Oliveira e Maués (2012, p.63) enfatizam aspectos tidos como propulsores para que a formação docente passasse a ser tema central nas políticas educacionais. Segundo eles:

De modo geral, as reformas educacionais, que tomaram forma no Brasil, sobretudo a partir da segunda metade dos anos de 1990, tiveram como cerne a questão da formação inicial, da capacitação e do treinamento docente, as quais foram assumindo, no contexto atual de globalização econômica e de reestruturação dos processos produtivos, um espaço mais amplo nas discussões relativas à educação. Isso se deu em grande parte, devido ao processo de (re) significação da Educação Básica trazida pelas demandas econômicas, políticas, sociais e educacionais que apresentaram novas exigências aos sistemas de ensino e conseqüentemente aos professores, tendo por base as reformas e políticas de inspiração neoliberal. Assim, os motivos dessa atenção à temática da formação de professores foram vários, indo desde a necessidade do cumprimento dos acordos firmados pelo governo em cúpulas, congressos e afins, ao atendimento de recomendações oriundas de resultados de pesquisas internacionais, até aos resultados dos exames externos como o PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes). Nessa direção, os governos foram assumindo, desde os anos 1990, uma perspectiva de formulação e ampliação de políticas públicas de cunho mais gerencial, de quase-mercado e de controle da formação e do trabalho docente.

Nesse sentido, percebeu-se como a formação compõe um campo bem mais amplo de interesses e negociações, indo para além da necessidade de formar um profissional crítico, reflexivo e comprometido com sua prática. Frente ao avanço liberal, as esferas sociais tem buscado se adequar à esse novo contexto, e o campo educacional, inserido neste meio, não pôde se manter inerte, contrário à isso, tem sido influenciado fortemente pelas novas demandas do capital.

A formação continuada é outro aspecto de suma importância, assim como a formação inicial. Tem crescido consideravelmente o número de docentes com pós-graduação. Mas muitas críticas tem se levantado frente à esse movimento. Como Salienta Freitas (2012,p.79): "Há também críticas ao modo como essa formação vem sendo desenvolvida. A OREALC chama a atenção em documento [...] que no estudo da arte feito nos oito países da América Latina, foram detectados, a respeito do assunto, os seguintes pontos críticos: escassa relevância e articulação da formação continuada; baixo impacto das ações empreendidas; desconhecimento da heterogeneidade dos docentes ampliação da oferta de forma desregulada; pouca consideração da realidade das escolas e do aprendizado colaborativo; dificuldades para a regulação e pertinência da oferta de cursos de pós-graduação".

A crítica a formação continuada explicita que o aumento dos docentes participantes dessas formações não significam necessariamente mudanças substanciais no trabalho exercido por eles ou na formação intelectual deste profissional, tendo em vista que há cursos de pós - graduação ofertados com padrões de qualidade muitas vezes questionáveis.

Percebe-se, deste modo, como está configurado o perfil docente, a partir do referencial abordado, que explicita o predomínio feminino na educação infantil e anos iniciais, além de um quadro composto majoritariamente por indivíduos oriundos das classes populares. Além disso, o referencial analisado questiona como vem se dando a formação dos docentes brasileiros, tanto inicial como continuada, o que de certo, implica no conformação do perfil deste profissional.

Carreira docente, contrato e jornada de trabalho

A carreira docente e o desenvolvimento profissional, como bem salienta Oliveira e Maúes (2012) se articula de modo indissociável à formação inicial e continuada, pois através destas pode se efetivar possíveis progressões profissionais, ocasionadas também pelo fator temporal. No entanto, a carreira docente tem sido cada vez mais desvalorizada frente às políticas que a configuram, e isso tem se evidenciado através das políticas de valorização profissional, que mesmo promovendo avanços, ainda se mantém longe de propostas significativas para carreira docente.

A constituição Federal de 1988 em seu art. 206 ressalta a importância da valorização profissional e afirma que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: V – Valorização dos profissionais do ensino, garantindo, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União (Brasil,1988).

Dentre as políticas de valorização vigentes destaca-se a referente ao Plano de carreira, cargos e remuneração (PCCR) que regem a carreira docente, dando maior clareza as possibilidades dentro da profissão. Na cidade de Rio Branco, o PCCR, data do ano de 2013 e estabelece algumas diretrizes para a carreira, estabelecendo também os critérios para progressão.

Referente ao contrato, foi possível perceber ao decorrer do envolvimento nas escolas e no diálogo com os professores, que muitos destes trabalhadores acumulavam contratos, sendo em sua maioria, funcionários provisórios. Além disso, em alguns casos desenvolviam outras atividades não ligadas à docência como forma de garantir uma complementação ao salário de professor. O acúmulo de contratos tem se tornado corriqueiro no meio educacional, e isso se dá por diversos fatores. Referente à essa problemática Miranda (2006, p.6) destaca que:

Com relação às escolas públicas, se antes existia a figura do professor efetivo como regra, esse agora compartilha de outras formas de contratação. Portanto podemos destacar três formas predominantes de contratação na rede pública: o professor efetivo, o professor temporário e o professor precarizado. O professor efetivo é o servidor público, concursado, estável, estatutário; já o professor temporário é aquele profissional contratado por tempo determinado, em substituição ao incompleto quadro efetivo, organizados sob o regime da CLT; e, por fim, o professor precarizado que é aquele que realiza a ampliação de carga horária via contrato provisório - pode ser servidor efetivo ou temporário da rede de ensino - sem nenhum direito trabalhista como licença médica, férias, 13º salário, na maioria dos casos.

Nesse contexto, o professor pode exercer suas atividades em diferentes horários e instituições, e assim garantir melhores ganhos, entretanto terá que se submeter as mais variadas formas de contratação e as implicações que irá recair sobre seu trabalho. Vale ressaltar que essa variedade de postos de trabalho influi diretamente na precariedade da atuação profissional. Afinal, acredita-se ser difícil desenvolver um bom trabalho, prezando pelo caráter formador do ensino e pela prática reflexiva quando é necessário se submeter aos processos de intensificação e precarização, para garantir melhores rendimentos financeiros no final do mês.

Gomes, Motta e Santos (2016) fazem duras críticas aos contratos temporários. Conforme esses autores:

Essa condição de contratação provisória com vistas a cobrir possíveis eventualidades do sistema educacional tem se tornado frequentes, e em alguns estados brasileiros tem sido a forma predominante de contratação no serviço público de educação. Esses profissionais temporários desenvolvem seu trabalho assim como os efetivos, mas possuem direitos trabalhistas menores, além de em alguns casos serem encaminhados a escolas precarizadas ou de difícil acesso. Frente as necessidades e desejos de possuir estabilidade, mesmo parcial, esses professores acabam se sujeitando à essas condições.Os educadores temporários [...] podem ser expostos, a depender da unidade federativa e do tipo de contratação, a ausência de direitos trabalhistas (férias, greve, FGTS, etc.), salário reduzido, carga horária elevada, ausência de representação sindical ou qualquer segurança profissional. (GOMES, MOTTA E SANTOS, 2016, p.305)

Somado as questões expostas acima, cabe destacar a problemática da jornada de trabalho, jornada entendida como espaço de tempo que indica o limite da duração do trabalho e define a quantidade de tempo dedicadas às atividades, ela relaciona-se em grande medida com as condições contratuais do docente, podendo assim variar de acordo com o contrato ou contratos que ele possa ter. São diversas horas dedicadas às aulas, planejamentos, formações, elaborações de atividades e material pedagógico (principalmente na educação infantil e séries iniciais) correções de trabalhos e provas, além do tempo dedicado ao estudo dos conteúdos presentes no currículo escolar, para o ensino em sala de aula.

Nesta jornada de trabalho, além de realizar o trabalho pedagógico com foco no processo de ensino e aprendizagem, o professor tem enfrentado novas demandas em sala de aula, tendo no decorrer de sua rotina, que lidar e até mesmo assumir o papel que caberia aos pais, com questões de higiene ou de zelo pela integridade, tanto física, quanto psicológica dos alunos. Segundo Oliveira e Vieira (2012, p.167) "a ampliação da jornada de trabalho pode ser analisada como um elemento que resulta na intensificação do trabalho".

Remuneração docente

Para Silva e Fernandes (2006) o sentimento de desvalorização influi diretamente no empenho desses profissionais no desenvolvimento de suas atividades pedagógicas. Os autores afirmam que um dos mecanismos de desvalorização se evidenciam através dos baixos salários, que muitas vezes levam esses profissionais a ampliar sua jornada de trabalho como forma de aumentar seus rendimentos, seja através de novos contratos como professor ou mesmo com atividades extras fora da escola. Para esses autores as questões salariais, são uma das grandes reivindicações desse coletivo de profissionais, "os professores são unânimes em afirmar que o único e grande critério é a necessidade de melhorar a renda familiar, até para poder pagar a gasolina que os transporta de uma escola para a outra, obter complementação salarial para assinar um jornal ou revista, pagar um plano de saúde, ou - a ironia das ironias - pagar a escola particular dos filhos!" (SILVA e FERNANDES, 2006, p.5)

O fenômeno da desvalorização salarial docente é destacada também por Brito (2012). Segundo ela, isso se explica em parte pelo grande número de profissionais atuando na carreira docente, esse crescimento foi ocasionado principalmente pelo aumento de matrículas na rede pública de ensino nos últimos anos. O Estado, nesse sentido, tem se mantido omissivo em elaborar políticas públicas e mecanismos que garantam melhores salários aos docentes, usando como justificativa a crise econômica que tem assolado o país. Mas, é consenso entre os pesquisadores que os baixos salários são

há muito um aspecto presente nessa profissão, e não uma característica atual. Segundo Severino e Rodriguez: " A constituição Federal de 1988 no artigo 60, define diretrizes a serem seguidas pelos sistemas de ensino, com o objetivo de valorizar os profissionais de educação: dispor de boas condições de trabalho e de planos de carreira e remuneração, que contemplem, piso salarial profissional e a disponibilização de meios para sua constante formação, capacitação e aperfeiçoamento" (SEVERINO e RODRIGUEZ, 2016, p.1167).

É notório a contradição existente entre os discursos governamentais que ressaltam a necessidade de valorização salarial profissional docente, mas que na prática não garantem que isso se efetive. As políticas públicas têm gerado uma intensificação ainda maior do trabalho docente, aumentando as responsabilidades e atribuições, além de pressionar por resultados positivos nas avaliações, mas isso tem ocorrido sem que estes profissionais tenham melhorias salariais.

Considerações finais

Ao decorrer do estudo realizado até o momento, constatou-se que, as condições propiciadas pelo Estado nas escolas públicas tem sido insuficientes para garantir um exercício digno do trabalho desses profissionais. Os professores, compostos em sua maioria por mulheres, oriundas em sua maioria das classes populares, vem de um quadro de formação muito diversificado, compostos por instituições públicas e privadas. Frente aos baixos salários, os docentes têm procurado meios de complementar seus rendimentos financeiros, para isso, tem muitas vezes aderidos a flexibilidade das formas de contratação, podendo acumular contratos efetivo e temporários, ou mesmo buscando em outras áreas que não ligadas à docência formas de complementar sua renda. Esse contexto tem cooperado para a intensificação da jornada de trabalho e a desprestígio da carreira docente, que coopera cada vez mais para o desinteresse e abandona da carreira.

O coletivo de trabalhadores docentes, tem se desarticulado nos últimos anos. Cooptados por seus afazeres, pouco tem se mobilizado na busca e nas cobranças de melhorias para seu trabalho, o sistema capitalista tem buscado a todo custo propagar o conformismo e inércia entre esses trabalhadores. Sabemos que o contexto nacional, não tem beneficiado o trabalho docente, e para além disso, as políticas públicas, que deveriam cooperar para um diagnóstico da situação educacional do Brasil, com vistas a contribuir para elaboração de intervenções benéficas, tem contribuído para a realidade lastimável de nosso sistema educacional. Para que esse cenário mude, acreditamos ser imprescindível uma maior participação política desses profissionais, e para que isso ocorra, é necessário que haja debates, reuniões com o intuito de conscientização da sua própria condição. Afinal, para que possamos buscar as mudanças, é preciso ter com clareza o que queremos alcançar. Além disso, o poder público deve cumprir suas funções, não permitindo que a escola deixe seu caráter formador de lado para atender aos interesses mercantis. Não podemos permitir que a escola se transforme em uma empresa, tampouco que tenha como função principal a mecânica preparação para o mundo do trabalho. Estamos cientes do caminho árduo que a educação brasileira e o trabalhador docente tem pela frente, mas acreditamos que ainda podemos de alguma forma minimizar essa situação. Através de uma educação com vistas a formação crítica e emancipadora, e buscando meios de transformador a realidade dos trabalhadores, propiciando melhores condições de trabalho, e reconhecendo, não só no discurso, mas através de práticas efetivas, sua grande importância na conjuntura social.

Referências

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988
- DURÃES, Sarah Jane Alves. Sobre algumas relações entre qualificação, trabalho docente e gênero. Educ. Soc. [online]. 2012, vol.33, n.118, pp.271-288. ISSN 0101- 7330. Acesso em: 17 de março de 2017.
- FANFANI, Emilio Tenti. La condición docente: Análisis comparado de la Argentina, Brasil, Perú y Uruguay.ed. - Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2007.
- FREITAS, H.C. Formação inicial e continuada: a prioridade ainda postergada. In: OLIVEIRA, D.A.; e VIEIRA, L.F. (org.) Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros, Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.
- GOMES, Thays Ancila Maria de Melo; MOTTA Vania Cardoso da e SANTOS, Jessyca Caroline Vieira dos. A contratação de professores temporária nas redes públicas estaduais de ensino no Brasil. In: ANAIS DO VIII ENCONTRO BRASILEIRO DA RED ESTRADO, Santa Maria –RS.2016.
- HYPOLITO, Álvaro Moreira. Trabalho docente na educação básica do Brasil: as condições do trabalho. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade e VIEIRA, Livia Fraga (org.) Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros, Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.
- LUDKE, M. e André M. E. Da Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.São Paulo: E.P.U. 1986.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- MIRANDA, K. As transformações contemporâneas no trabalho docente: repercussões em sua natureza e seu processo de trabalho. In:Anais do VI Seminário da Rede Latino- americana de Estudos sobre Trabalho Docente – Rede ESTRADO. Rio de Janeiro, Nov.2006.CD-ROM.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade e VIEIRA, Livia Fraga. Condições de trabalho docente: uma análise a partir de dados de sete estados brasileiros. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade e VIEIRA, Livia Fraga (org.) Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros, Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.
- OLIVEIRA, J.F e MAUÉS, O.C. A formação docente no Brasil: Cenários de mudanças, políticas e processos em debate In: OLIVEIRA, D.A.; e VIEIRA, L.F. (org.) Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros, Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.
- SEVERINO, Josimary Lescano; RODRÍGUEZ, Margarita Victória. A política de formação continuada de professores no contexto da reforma do Estado nos anos de 1990. In: ANAIS DO VIII ENCONTRO BRASILEIRO DA RED ESTRADO, Santa Maria –RS. 2016.
- SILVA, M. G. F; FERNANDES, M. J. S. As condições de trabalho dos professores e o trabalho coletivo: mais uma armadilha das reformas educacionais neoliberais? In: Anais do VI Seminário da Rede Latino-americana de Estudos sobre Trabalho Docente - Rede ESTRADO. Rio de Janeiro, nov. 2006. CD-ROM.

